

RESUMO

Esta dissertação se propõe a fazer uma análise sobre os fatores que levaram o Brasil a alcançar um *status* de reconhecimento internacional em relação ao combate à epidemia de HIV e Aids. Desde seus primeiros registros, anos iniciais da década de 1980, o país foi reagindo de forma lenta e pontual, através de alguns estados. Com o passar do tempo, graças a uma forte reação da sociedade civil, em conjunto com autoridades médicas sanitárias e acadêmicas, pressionando o poder político, houve uma destacada resposta em relação às políticas de saúde pública brasileira. O contexto político que atravessávamos, com influência direta na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), que contemplava a população de forma universal e igualitária, foi um aspecto também muito importante para o resultado alcançado. Desta forma, o primeiro capítulo aborda uma revisão bibliográfica sobre a Reforma Sanitária, a construção do SUS, e a criação de um Programa Nacional, enquanto o segundo capítulo trata sobre o ativismo no Brasil, por meio dos Movimentos Sociais e suas agendas políticas. Como a sociedade civil foi se organizando no enfrentamento da epidemia e quais foram as ONGs que mais se destacaram nesse percurso. O último capítulo elenca as políticas adotadas internamente e as questões relativas a medicamentos, viabilizadas por financiamentos estrangeiros, através da participação conjunta do governo, ONGs e Academia.

Palavras-chave: Epidemia de HIV/Aids. Ativismo. ONGs. Políticas de Saúde Pública. SUS.